

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS E IDOSOS PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Maria de Lourdes Lima da Silva (1); Eveline Silva Morais (1); Marcos Antonio Silveira Rodrigues Filho (2); Edna Maria Mendes Pinheiro (3); Dhemeson de Sousa Silva (4)

Instituto Federal do Maranhão - IFMA, lourdes.barros@ifma.edu.br (1); Instituto Federal do Maranhão – IFMA, evelinemorais15@gmail.com (2); Instituto Federal do Maranhão – IFMA, marcos.filhosr@hotmail.com; Instituto Federal do Maranhão – IFMA, edna.mendes@ifma.edu.br (3); Instituto Fundamental Brasileiro, dhemeson-@hotmail.com (4)

Resumo: O presente artigo discorre sobre a Educação de Jovens e adultos (EJA), relacionando-a ao exercício da cidadania. Apresenta algumas reflexões sobre a história dessa modalidade de ensino na prática pedagógica e o fortalecimento da cidadania a partir de ações cotidianas que são realizadas na escola, baseando-se na teoria progressista, dando ênfase a valorização dos conhecimentos prévios como base para construção dos novos conhecimentos. Apresenta ainda análise dos dados levantados sobre os conhecimentos dos alunos da (EJA), acerca de seus direitos e suas expectativas quanto aos conhecimentos adquiridos na escola. Após o equacionamento das respostas observou-se que os alunos ainda não estão tendo informações básicas sobre seus direitos enquanto cidadãos, percebe-se que os participantes dessa modalidade de ensino precisam sentirem-se sujeitos de direitos para efetiva participação nas estruturas político-econômico-social e cultural da sociedade em que estão inseridos. Nesse sentido é notável que o sistema de educação precise focar em medidas especiais com o objetivo de eliminar as desigualdades que ao longo da história foram acumuladas e, se organizar de forma articulada de maneira que possa assegurar a oferta, manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e modalidades, considerando que a Educação de Jovens Adultos e Idosos demanda um tratamento que se adeque com a realidade dos seus participantes, diverso ao atribuído à da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, dando-lhe condição de ser um agente de transformação a serviço da cidadania e da mudança social, como ensinava o educador Paulo Freire. Não cabem mais em nosso contexto educacional escolas que não atendam aos anseios políticos e sociais de seus educandos.

Palavras-chave: Educação, Direitos Universais, Cidadania.

Introdução

O exercício da cidadania é um direito conquistado ao longo na vida do ser humano. Para discorrer sobre o tema faz-se necessário buscar algumas fontes imprescindíveis que nos permitam compreender a história da Educação de Jovens e Adultos, do início até os dias atuais, sobre o olhar de alguns teóricos e pesquisadores.

Com a Declaração dos Direitos Humanos em 1948, nasce a ideia do direito à educação e se estrutura na Educação de Jovens e Adultos (EJA), como é denominada atualmente, a partir das Conferências Internacionais de Educação de Jovens e Adultos. A primeira conferência foi realizada em 1949 (Elsinore/Dinamarca).

Segundo Haddad (2000), a partir de 1940, o Estado brasileiro aumentou suas atribuições e responsabilidades em relação à educação de adolescentes e adultos. Após uma atuação fragmentária,

localizada e ineficaz durante todo o período colonial, Império e Primeira República, ganhou corpo uma política nacional, com verbas vinculadas a atuação estratégica em todo o território nacional.

Segundo Freire (1975), a Educação de Jovens e Adultos, ao se transformar em Educação Popular, tomou uma nova dimensão no sentido de atender as necessidades educacionais de um maior número de pessoas. Enfatiza também que certos programas como alfabetização, educação de base em profissionalização ou em saúde primária são apenas uma parte do trabalho mais amplo que se sugere quando se fala em Educação Popular.

Segundo Capucho (2012, p. 21-22), “o direito a educação é uma conquista que se deu ao longo da história, que constitui o fundamento para o exercício da cidadania, sendo que essa foi tomada como condição necessária para laicizar o saber, a moral e a política, separando nitidamente fé e razão, natureza e religião, política e igreja”. Dessa forma, constata-se que houve conquistas, mas que ainda temos um longo caminho a percorrer buscando a consolidação dos direitos sociais adquiridos e que ainda estão sendo negados. Segundo Tonet (2005), há necessidade de uma superação em direção à efetiva emancipação humana ou seja uma forma de sociabilidade na qual os homens sejam efetivamente livres. Marx (1998), diz que, “o direito dos seres humanos não são assegurados em sua totalidade sem ruptura com a alienação socioeconômica e a parcialidade não serve à emancipação humana; ela demanda totalidade e coletividade que só será possível em outra sociedade, na qual a dignidade humana e a igualdade política, social e econômica sejam asseguradas a todas as pessoas”.

No Brasil somente com a implantação da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), especialmente no artigo 37, percebe-se, inquietação no sentido de garantir o acesso e/ou a continuidade dos estudos no Ensino Fundamental e Médio àqueles que não tiveram a oportunidade em idade própria.

Nesse sentido a pesquisa tornou-se interessante, objetivando analisar a complexidade, sua abrangência e os desafios inerentes à trajetória de construção dessa modalidade de ensino, reconhecendo o direito à educação como exercício da cidadania, na Unidade Escolar Princesa Isabel, localizada na Vila Barroso na cidade de Zé Doca. A referida escola faz parte da rede estadual de ensino, trabalha com essa modalidade há 20 anos, atualmente oferta apenas o ensino médio, a escola é composta por 06 salas de aula, sendo 02 da 1ª etapa e 04 da 2ª etapa, totalizando 220 alunos matriculados.

1. REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Segundo Freire (2001, p. 16), no contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, essa modalidade tem sua origem a partir da união e compromisso estabelecido entre a alfabetização e a educação popular, que foi concebida como um processo de grande extensão e profundidade, com destino de atender a grandes contingentes populacionais, ao mesmo tempo contribuindo para que essas pessoas voltassem a acreditar na possibilidade de mudança e melhoria de suas vidas. Só assim a alfabetização cobra sentido. É a consequência de uma reflexão que o homem começa a fazer sobre sua própria capacidade de refletir. Sobre sua posição no mundo. Sobre o mundo mesmo. Sobre seu trabalho. Sobre seu poder de transformar o mundo. Sobre o encontro das consciências (FREIRE, 1976, p. 149).

Ainda é Freire (2001), quem afirma que no Brasil e em outras áreas da América Latina a Educação de Adultos viveu um processo de amadurecimento que veio transformando a compreensão construída nos anos anteriores. Afirma ainda que a Educação de Adultos é percebida melhor quando a identificamos como Educação Popular.

Segundo Ireland (2009), o processo de educação no indivíduo é constituído por três dimensões: a individual, a profissional e a social. A primeira considera a pessoa como um ser incompleto, com capacidade de buscar seu potencial pleno e se desenvolver, aprendendo sobre si mesmo e sobre o mundo. Na profissional, está incluída a necessidade de todas as pessoas se atualizarem na sua vida profissional. No social, capacidade de viver em grupo, uma pessoa para exercer sua cidadania, participando ativamente da sociedade, necessita ter acesso a informações e saber avaliar criticamente o que acontece. Essa capacidade é adquirida através da educação sistematizada onde os conhecimentos adquiridos são construídos e reconstruídos no processo do ensino aprendizagem.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa por amostra, do tipo exploratória e de caráter descritivo, tendo como instrumento a observação direta, realizada com a participação de 30 (trinta) alunos da 1ª etapa da Educação de Jovens e Adultos, na Unidade Escolar Princesa Isabel.

A princípio foi realizada apenas observação e diálogos com os grupos das turmas depois foi aplicado um questionário com perguntas fechadas e semiestruturadas, que resultaram em dados estatísticos, para obter dados que comprovem a situação dos alunos quanto à qualidade do ensino ofertado, no sentido de que os alunos sintam-se preparados para exercerem sua cidadania através da participação ativa na sociedade moderna.

Resultados e Discussão

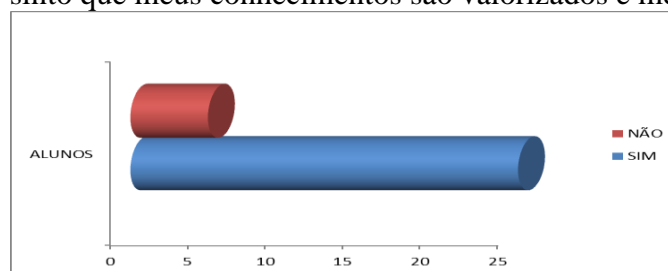


Os resultados obtidos através dos questionários aplicados com os alunos estão descritos abaixo, mediante a análise de cada questão, a saber, que a primeira questão diz respeito à valorização dos conhecimentos prévios e dos direitos respeitados pela escola. A segunda questão enfatiza o acesso à educação e o exercício da cidadania. A terceira é sobre o conhecimento dos direitos humanos. A quarta investiga a adequação dos materiais didáticos a essa modalidade de ensino e a quinta, também considerada a mais relevante da pesquisa investiga se os conhecimentos adquiridos na escola dão suporte suficiente para que o aluno possa ingressar no mundo do trabalho.

Dos 30 (trinta) alunos que participaram da pesquisa, 20 são do sexo feminino e 10 do sexo masculino. Com relação ao tempo fora de sala de aula, 24 alunos estiveram fora da escola durante um período entre 06 a 10 anos e 06 alunos, ficaram entre 03 a 05 anos fora da escola. A idade dos entrevistados variou de 19 a 36 anos, sendo a maioria com renda igual ou inferior a um salário mínimo.

O Gráfico 1 a seguir, ilustra as respostas obtidas ao serem questionados sobre se sentem valorizados e terem seus direitos respeitados no âmbito escolar.

Gráfico 1: Na escola, sinto que meus conhecimentos são valorizados e meus direitos respeitados.



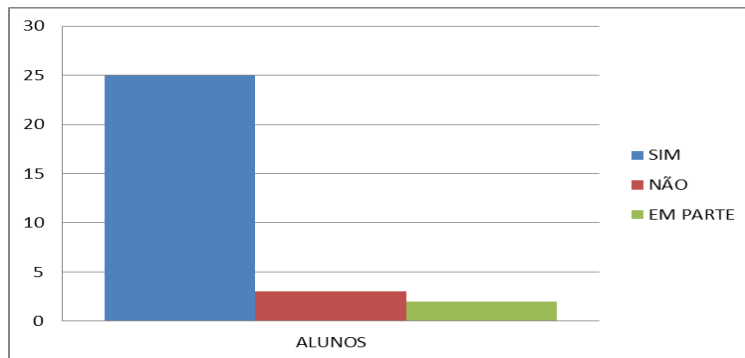
Fonte: Elaborado pelos autores

Na pesquisa constata-se que a maioria dos entrevistados, ou seja, 83,4% consideram que seus conhecimentos são valorizados e seus direitos respeitados através da educação ofertada na escola, no entanto temos 16,6%, que não se sentem valorizados dentro do ambiente escolar.

Percebemos que apesar da maioria sentir-se respeitada e valorizada ainda temos que rever as práticas educativas na escola para que todos possam gozar desse direito.

Ao serem questionados sobre o acesso à educação como parte do exercício da cidadania, os resultados foram positivos, conforme observa-se no Gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2: O acesso à educação faz parte do exercício da cidadania.

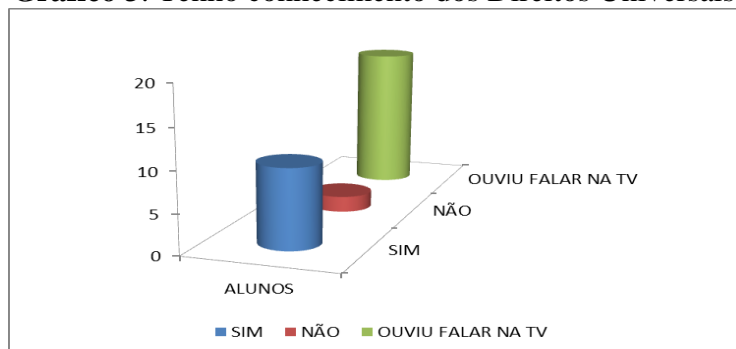


Fonte: Elaborado pelos autores

Através dos dados obtidos, constata-se que 83,4% dos entrevistados consideram que estão exercendo sua cidadania na escola, 10%, não acredita que o acesso à escola faz parte do exercício de sua cidadania e 6,6% responderam que em parte estão exercendo sua cidadania. Percebe-se que há coerência entre as respostas da primeira questão com a segunda.

O Gráfico 3 apresenta os resultados da pergunta 3, que esteve disposta a saber sobre o conhecimento dos alunos sobre os Direitos Universais, e pode ser analisado a seguir:

Gráfico 3: Tenho conhecimento dos Direitos Universais.

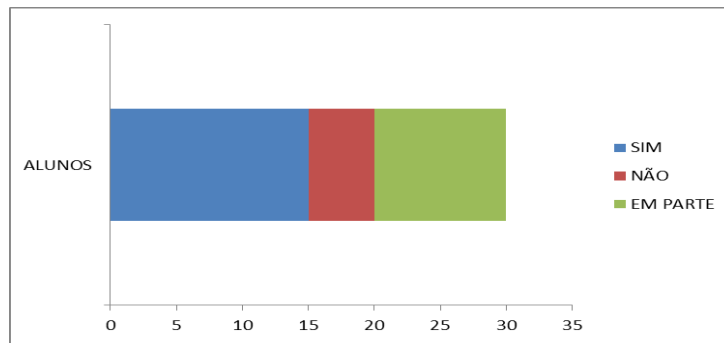


Fonte: Elaborado pelos autores

Os dados da pesquisa mostram que, 60% do entrevistados só ouviram falar sobre os Direitos Universais através da televisão, 33,3%, já ouviram falar na escola sobre os Direitos Universais e 6,7% nunca ouviu falar sobre o assunto. Com base nos dados percebe-se que apesar de tantas fontes de informações ainda temos um grande número de pessoas que não tem acesso a elas.

Já quando questionados a respeito dos recursos didático-metodológicos empregados em sala de aula, conforme análise pessoal da adequação desses recursos para a modalidade EJA, compreendeu-se pontos de vistas distintos e que podem ser observados pelo Gráfico 4 abaixo.

Gráfico 4: Você considera que os materiais didáticos utilizados em sua sala de aula, estão adequados para essa modalidade de ensino?

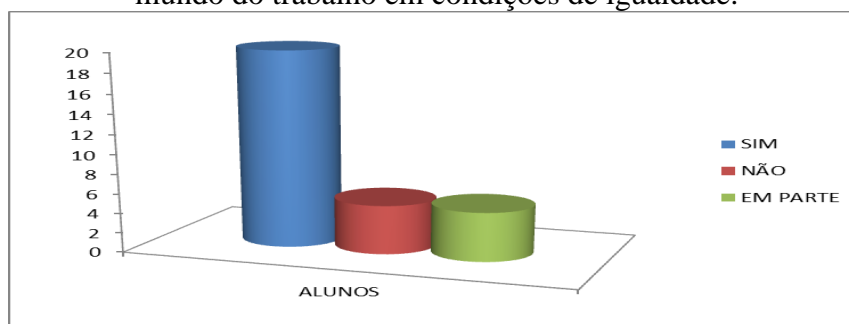


Fonte: Elaborado pelos autores

Constata-se através da pesquisa que, 50% dos entrevistados consideram que os materiais didáticos estão de acordo com as necessidades da referida modalidade de ensino, 33,4%, consideram que os materiais às vezes estão adequados, deixando a desejar na compreensão dos conteúdos abordados e 16,6%, dizem que os materiais não estão adequados e que são os mesmos utilizados pelo ensino “regular”. Constata-se a necessidade de materiais específicos para essa modalidade de ensino.

Por fim, no Gráfico 5 abaixo, têm-se os resultados das respostas dos alunos a respeito da auto análise que fizeram sobre sua preparação para ingressar no mundo do trabalho em condições de igualdade, mediante os conteúdos adquiridos na escola.

Gráfico 5: Através dos conhecimentos adquiridos na escola sinto-me preparado para ingressar no mundo do trabalho em condições de igualdade.



Fonte: Elaborado pelos autores

De acordo com a pesquisa, 66,6% dos entrevistados consideram que através dos conhecimentos adquiridos na escola estão preparados para ingressar no mundo do trabalho em condições de igualdade, 16,7% diz que se sente preparado em parte, e que ainda sentem muitas dificuldades e 16,7%, afirma que não tem condições de ingressar no mundo do trabalho através dos conhecimentos construídos na escola.

Conclusões

Partindo do quadro teórico proposto, o presente estudo proporcionou a análise sistemática ao embasar um conhecimento mais consistente, dando assim parâmetros que nortearão o ensino-

aprendizagem com o público da EJA que precisa ainda de uma preparação mais adequada e que possibilite cada vez mais a sua inserção no mundo do trabalho. Para isso, torna-se necessário garantir o direito de condições de igualdade, para que estes se sintam seguros na competição com outros alunos das diversas modalidades de ensino.

Nos questionários aplicados constataram-se alguns fatores que contribuem para a deficiência na Educação de Jovens e Adultos tais como: as questões financeiras dos alunos atrapalham a frequência e a permanência deles na escola, já que precisam trabalhar para manter suas famílias, não sobrando tempo para realizar as atividades necessárias para o complemento dos estudos; o excesso de horas laborais causa o cansaço que por sua vez deixa os alunos dessa modalidade de ensino com menos possibilidades de raciocínio na hora da aula; constatou-se ainda que, apesar dos inúmeros veículos de informação e das facilidades no acesso às atualidades, a maioria dos alunos não tem conhecimento dos seus direitos relatados nas leis. No entanto a pesquisa também revelou que a maioria dos alunos acredita que está exercendo sua cidadania na escola, considerando-a como fonte do saber e que através dela conseguirá conquistar novos espaços na sociedade. Cerca de 66,6% dos entrevistados se consideram preparados para serem inseridos no mercado de trabalho com o conhecimento adquirido na escola.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação:** Lei nº 9.394/96. Brasília, 1998.

CAPUCHO, V. **Educação de Jovens e Adultos:** prática pedagógica e fortalecimento da cidadania. São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Pedagogia da Autonomia à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALVÃO, A. M. O.; SOARES, L. J.G. História da Alfabetização de Adultos no Brasil. In: ALBUQUERQUE, Eliane Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz. **Alfabetização de Jovens e Adultos:** em uma perspectiva de letramento. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 27-58.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n.14, maio/ago. 2000.



UNESCO. **Educação, um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.microeducacao.com.br>. Acesso em: 27. maio. 2014>.